

**APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO AOS ELEMENTOS SOLICITADOS
PARA A CONFORMIDADE DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL AO PROJETO DA
PEDREIRA CHÃ DAS GATAS 22
FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO**

REGISTO: INT-SRAAC/2023/1449

1. INTRODUÇÃO

O Estudo de Impacte Ambiental (EIA) ao projeto de exploração da “Pedreira Chã das Gatas 22”, a instalar na freguesia da Matriz do concelho da Ribeira Grande, ilha de São Miguel, por Herdeiros de Agostinho Ferreira de Medeiros, Lda foi alvo de anterior apreciação e emissão de parecer quanto à conformidade do mesmo, datado de 12 de janeiro de 2023 (INT-SRAAC/2023/369), pela respetiva Comissão de Avaliação (CA), composta pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados, cujos representantes foram nomeados pelos respetivos dirigentes:

- Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, que preside à CA, representada por Nuno Pacheco, que será substituído nas suas faltas e impedimentos por Filipe Pires, que coordenará a componente da Participação Pública;
- Serviço de Ambiente e Alterações Climáticas de São Miguel (SAACSM), representado por Nuno Loura;
- Divisão de Gestão Territorial da Direção de Serviços do Território e da Água, da Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, representada por Leonardo Cunha;
- Divisão de Prevenção de Risco Hidrológicos e Divisão de Gestão da Água, ambas da Direção de Serviços do Território e da Água da Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, representadas por Renato Verdadeiro Marques;
- Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade, na qualidade de Entidade Licenciadora e representada por Diamantino Oliveira;

Nesse parecer a CA, perante um conjunto de lacunas e imperfeições, solicitou a introdução de melhoramentos, pelo aditamento de elementos ou correção de informação veiculada,

quer ao nível do Relatório Técnico (RT), quer ao nível do Resumo Não Técnico (RNT). Para o efeito, concedeu ao proponente um prazo de 45 dias úteis tendo, também, no ofício então enviado, requerido a apresentação do número de exemplares do EIA e do Projeto em suporte de papel necessários à Consulta Pública. Entretanto, o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ficou suspenso até a receção dos elementos solicitados.

A 3 de abril de 2022, foi rececionado na Autoridade Ambiental, a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC), novas versões dos documentos do EIA, designadamente quatro exemplares em formato físico do RT e cinco exemplares em formato físico do RNT, destinados à Consulta Pública.

Assim, recorrendo à mesma metodologia da anterior apreciação do EIA, a CA apreciou os novos elementos e emite o presente parecer de verificação da conformidade deste com as exigências do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A (Diploma AILA).

2. APRECIÇÃO DO EIA NA SUA VERSÃO RETIFICADA/ADITADA

Analizados os documentos objeto de correção ou aditamento, constata-se que tendo sido mantida a estrutura do documento anteriormente apreciado, foram integralmente acolhidas as propostas de melhoria e retificadas, em termos adequados, as imperfeições assinaladas pela CA no seu parecer de 12 de janeiro último.

Consequentemente, entende-se que o Relatório Técnico (RT) cumpre, em termos de estrutura e conteúdo mínimo, com previstos na legislação enquadadora.

No que concerne ao Resumo Não Técnico (RNT), o documento reflete, de forma adequada, as alterações realizadas no Relatório Técnico. Entende-se, por isso, que o mesmo se encontra em conformidade com o artigo 36.º do Diploma AILA.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES

Após a leitura da nova versão do EIA, a CA entende que, tendo sido retificadas todas as lacunas e imperfeições, estão reunidas condições para que este documento possa ser declarado conforme com o disposto nos artigos 34.º, 35.º e 36.º do Diploma que define o Regime de AIA nos Açores, pelo que propõe que a Autoridade Ambiental possa declarar a conformidade do mesmo.

Entende-se, conseqüentemente, estarem reunidas as condições para que o procedimento possa transitar para a fase de Consulta Pública, devendo os pareceres da Comissão de Avaliação, entretanto emitidos no âmbito do presente procedimento, integrar os documentos a disponibilizar nos locais da Consulta Pública.

Ainda e caso seja declarada a conformidade do EIA, a Comissão de Avaliação é de parecer que deve ser consultada a Câmara Municipal da Ribeira Grande, no sentido de se pronunciar sobre o conteúdo do Estudo de Impacte Ambiental nas áreas da sua competência.

Horta, 06 de março de 2023

P'la Comissão de Avaliação

O Presidente da CA